



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – DEC  
CURSO DE PEDAGOGIA – ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM  
EDUCAÇÃO DO CAMPO

FRANCINILDA DA SILVA SOUSA

**FATORES QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA MODALIDADE  
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma revisão de literatura**

JOÃO PESSOA  
2017

FRANCINILDA DA SILVA SOUSA

**FATORES QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA MODALIDADE  
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** uma revisão de literatura

Monografia apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia, sob a orientação do professor: Ricardo de Carvalho Costa.

JOÃO PESSOA

2017

S725f Sousa, Francinilda da Silva.

Fatores que favorecem a permanência dos alunos na modalidade EJA – educação de jovens e adultos: uma revisão de literatura / Francinilda da Silva Sousa. – João Pessoa: UFPB, 2017. 40f.

Orientador: Ricardo de Carvalho Costa  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –  
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação de jovens e adultos. 2. Aluno - permanência na escola.  
3. Direito à educação. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)


FRANCINILDA DA SILVA SOUSA

**FATORES QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA MODALIDADE  
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma revisão de literatura**

Monografia apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia.

Aprovada em 08 / 06 / 2017

**BANCA EXAMINADORA**

  
Orientador: Ricardo de Carvalho Costa

  
Examinador I: Dalila Castelliano de Vasconcelos

  
Examinador II: Ana Angélica Sousa de Lima

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por guiar meus passos e iluminar minha vida e a Nossa Senhora que intercede por mim.

A minha família, pelo amor incondicional.

A minha patroa Maria de Fátima Freitas de Melo e Melo que me incentivou a voltar a estudar.

A todos os professores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

A todos os meus colegas do curso e também ao meu orientador Ricardo Carvalho Costa.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar os aspectos que estão relacionados à permanência do aluno da EJA na escola, identificando suas possíveis causas e refletindo sobre estratégias pedagógicas e sobre o próprio acontecimento que por vezes possui razões que vão além do ambiente escolar. Salienta-se que a proposta fundamental de tal estudo monográfico está em frisar a garantia do direito à educação, em específico, para os jovens e adultos (EJA), direito este que, ao longo dos anos, lhes foi negado. Assim, parte-se do princípio que a ampliação do direito à educação está embasada nas políticas públicas neste âmbito. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o contexto histórico da EJA no Brasil, tendo como referências a Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outros documentos de caráter constitucional, além de livros, artigos, dentre outros. Para fundamentar a pesquisa foram utilizadas as obras de Beisegel (1997), Freire (2001), Frigotto (2002) Gadotti (2000), Vieira (2004), entre outros autores referenciados. Ao final, pretendeu-se identificar as possíveis causas da “permanência” levantadas pelas fontes, refutar, ou não, as hipóteses levantadas, e, por fim, discutir sobre o assunto, na busca de estratégias que levam ao entendimento acerca da vida destes sujeitos, pois apenas o oferecimento da oportunidade educacional pode não ser suficiente para a estadia e sucesso escolar. Constatou-se ser fundamental que os profissionais que integram a escola reconheçam que o estudante da EJA tem uma relação com o mundo do trabalho e com a família, exigindo adequação da escola a essa realidade. Conforme a pesquisa bibliográfica desenvolvida, as questões institucionais, socioeconômicas e pessoais estão na gênese dos motivos da permanência na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Permanência. Aluno. EJA. Escola.

## **ABSTRACT**

This study aimed to investigate the "permanence" of students in the Education of Young and Adults (EJA), identifying their possible causes and reflecting on pedagogical strategies and on the event itself that sometimes has reasons that go beyond the school environment. It should be noted that the fundamental proposal of such a monographic study is to emphasize the guarantee of the right to education, specifically for young people and adults (EJA), a right that, over the years, has been denied them. Thus, it is assumed that the expansion of the right to education is based on public policies in this area. A bibliographic review of the historical context of the EJA in Brazil was carried out, with references to the Constitution of the Federative Republic of Brazil, as well as other constitutional documents, as well as books, articles, among others. In order to base the research, the works of Beisegel (1997), Freire (2001), Frigotto (2002) Gadotti (2000) and Vieira (2004) were used, among other authors referenced. In the end, it was tried to identify the possible causes of the "permanence" raised by the sources, to refute or not, the hypotheses raised, and, finally, to discuss on the subject, in the search for strategies that lead to the understanding about the life of these subjects, Since only the offering of the educational opportunity may not be sufficient for the stay and school success. It was verified that it is fundamental that the professionals that integrate the school recognize that the student of the EJA has a relation with the world of work and with the family, demanding adaptation of the school to this reality. According to the bibliographical research developed, institutional, socioeconomic and personal issues are the genesis of the reasons for staying in school.

**KEYWORDS:** Permanence. Student. EJA. School.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**EJA-** Educação de Jovens e Adultos

**CONFITEA-** Conferência Internacional sobre Educação de Adultos

**UNESCO-** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**MEC-** Ministério de Educação e Cultura

**MOBRAL-** Movimento Brasileiro de Alfabetização

**SECAD-** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

**EMEF-** Escola Municipal do Ensino Fundamental

**SEED-** Secretaria de Educação a Distância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>13</b>
2.1. Conceito e aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos .....	14
2.2. Marcos Legais da Educação de Jovens e Adultos .....	17
2.3. Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos .....	20
<b>3. FATORES DE PERMANÊNCIA DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS</b>	<b>.23</b>
<b>ADULTOS NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>23</b>
3.1. As expectativas dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos .....	26
3.2. Razões para a evasão e o fracasso escolar na EJA .....	27
3.3. Métodos pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos .....	30
3.4. Materiais e recursos pedagógicos que contribuem para permanência dos educandos na EJA .....	32
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, após a Constituição de 1988, a escola é para todos. Direito assegurado pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Por ser direito de todos a educação escolar está destinada a uma diversidade de sujeitos: homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência física e mental, privados de liberdade. Qualquer um tem, por lei, o direito à Educação.

Um direito que nem sempre é observado pela escola, acostumada a não atender a todos, por seus modos de ser e por seus métodos de ensino. Foi, sempre, lugar da seleção, da discriminação, da meritocracia. Em rumo contrário a isso, a Educação de Jovens e Adultos hoje se quer inclusiva. Possibilidade cobrada pelo Parecer CEB 11/2000. Como sendo possibilidade educativa dedicada a todos, é preciso lembrar que cada sujeito constrói seu estar no mundo mediado por circunstâncias sociais e por suas características físicas.

O presente estudo teve como intenção investigar aspectos que estão relacionados à permanência do aluno da EJA na escola. Buscou-se identificar quais os fatores que contribuem para que o aluno da EJA permaneça inserido no espaço escolar. Entendese que tais fatores são fundamentais para a reorganização curricular e para a articulação de processos educativos que sejam significativos para a sociedade e para a cultura dos educandos no universo do cotidiano escolar.

Com base nos exposto, sentiu-se a necessidade de analisar a permanência dos alunos jovens e adultos em sala de aula, buscando compreender os motivos pelos quais eles permanecem estudando, enquanto outros se evadem. Isto sem esquecer que os sujeitos da EJA sofrem com a desigualdade que trazem desvalorização social, discriminação e os exclui de benefícios sociais.

Buscou-se também conhecer por que alguns professores não consideram a vivência e os saberes dos seus educandos, marginalizando, enquanto ensinam a cultura por eles trazida, sem se preocuparem com a formação de cidadãos conscientes.

Buscar a compreensão de sujeito é enxergá-lo como pessoa capaz de viver, atuar e modificar o seu espaço vivencial. Nesse sentido, cabe considerar que para qualquer ato humano necessita-se de ferramentas apropriadas.

E, estando hoje o homem inserido numa sociedade grafocêntrica, faz-se a ele necessário o domínio de leitura e da escrita. Domínio que se for articulado a causas políticas, pode ser útil à transformação de realidades sociais. Desta compreensão, pode-se afirmar que o ensino, quando articulado ao pensar a realidade e ao fazer social tendo em vista esta realidade pode ser tido como prática transformadora, tal como pregou, ao longo de sua obra, Paulo Freire.

De qualquer forma, interessa-nos compreender os educandos, tendo eles ou não a consciência de que se pode transformar o mundo auxiliado pela educação a opinião desses sujeitos, como sujeitos destinatários da EJA, conta, tanto quanto a de estudiosos dedicados a analisar a EJA, observando seu caráter pragmático, pedagógico, político, filosófico, ou outros. Os educandos que hoje procuram a EJA são jovens ou adultos que não puderam freqüentar a escola durante a infância ou a adolescência. Alguns dela se afastaram por diversos motivos, incluindo os que se reprovaram ou os que dela foram expulsos.

Hoje, após a Constituição de 1988, a escola é para todos. Direito assegurado pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Por ser direito de todos, a educação escolar está destinada a uma diversidade de sujeitos: homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência física e mental, privados de liberdade. Qualquer um tem, por lei, o direito à Educação.

Um direito que nem sempre é observado pela escola, acostumada a não atender a todos, por seus modos de ser e por seus métodos de ensino. Foi, sempre, lugar da seleção, da discriminação, da meritocracia. Em rumo contrário a isso, a EJA hoje se quer inclusiva. Possibilidade cobrada pelo Parecer CEB 11/2000. Como sendo possibilidade educativa dedicada a todos, é preciso lembrar que cada sujeito constrói seu estar no mundo mediado por circunstâncias sociais e por suas características físicas.

A problemática que norteia tal estudo partiu da observação feita no decorrer do estágio supervisionado no Curso de Pedagogia, onde foi verificado o alto índice de

evasão nessa modalidade de ensino EJA. Isto foi o que conduziu ao interesse em investigar quais os principais aspectos relacionados á permanência do aluno que frequenta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA. Nessa perspectiva pretende-se identificar os motivos que contribuem para a permanência dos estudantes dessa modalidade na escola. Portanto, visa-se detectar se os professores ao transmitirem conhecimentos no espaço escolar levam em consideração a vivência e os saberes dos educando e de sua cultura.

Acredita-se que este trabalho por tratar de um tema crucial, o abandono escolar, favorece a todos aos que se preocupam com o sucesso da EJA. Mesmo sabendo que a permanência na escola é só o começo para outras iniciativas que tragam a possibilidade de sucesso para a EJA. Sustenta-se no estudo em questão que a garantia de acesso e de permanência significa que todos têm direito de ingressar na escola, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser obstada a permanência de quem teve acesso.

Ao longo do estudo desenvolveu-se uma revisão de literatura que servirá de base para uma melhor compreensão acerca da problemática da EJA, sobretudo no aspecto da permanência e interrupção dos estudos pelos alunos. Assim, o trabalho se pautou em uma pesquisa bibliográfica, a qual deu suporte para essa compreensão.

## **2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade.

A Lei de Diretrizes de Base, seção V, artigo 37 :

A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A idade mínima para cursos a nível Fundamental é de 15 anos e a nível Médio 18 anos. Identificamos que em sua grande maioria estes alunos tiveram passagens anteriores às escolas, porém foram fracassadas e/ou acidentadas por demandas sócio-cultural dos mesmos; evadiram por necessidade de trabalho, questões de exclusão por raça, gênero, questões geracionais, dentre outras.

Segundo o Projeto em Educação de Jovens e Adultos a aprendizagem ao longo da vida SEC-BA/2009:

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação p. 11.

A EJA está inserida num processo educacional que contemple a dimensão individual considerando a pessoa como um ser incompleto, que tem a capacidade de buscar seu potencial pleno e se desenvolver, aprendendo sobre si mesmo e sobre o mundo; uma dimensão profissional, está incluída a necessidade de todas as pessoas se atualizarem em sua profissão, todos precisam se atualizar e social (sendo este, a capacidade de viver em grupo), um cidadão, para ser ativo e participativo, necessita ter acesso a informações e saber avaliar criticamente o que acontece. (IRELAND, 2009, p. 36).

A educação de Jovens e Adultos, pela sua especificidade, é uma modalidade de ensino que deve ser pensada de forma diferente das outras modalidades educacionais.

A EJA caracteriza-se como sendo uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias de cada um. Para Arroyo (2005, p.35),

Partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que se pautará pelo diálogo entre os saberes escolares e sociais. Esse diálogo exigirá um trato sistemático desses saberes e significados, alargando-os e propiciando o acesso aos saberes, conhecimentos, significados e a cultura, acumulados pela sociedade.

Então, a Educação de Jovens e Adultos pretende contribuir para eliminação dos preconceitos e na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros, vítimas da história excludente de nosso país.

A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania. (MARX, 1991, p.27). A partir desta idéia surge o novo célebre defensor da educação para jovens e adultos, Paulo Freire, abrindo novos caminhos e desafiando o mundo através de sua proposta nos anos 50.

Freire afirma, “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula linguagem a realidade.” (FREIRE, 1997, p.81).

## **2.1. Conceito e aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos**

A educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem como objetivo alfabetizar os sujeitos que não tiveram acesso ao ensino por vários motivos e dentre eles está o trabalho. A história da EJA é reconhecida por diversas mudanças ao longo dos anos, mas relacionada diretamente às políticas que caracterizam as etapas históricas do país.

A construção histórica da EJA no Brasil admite considerar em todos os processos políticos- educativos, a educação popular, como foi bem estabelecida por Freire, um dos seus idealizadores.

Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A educação de Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (FREIRE, 2000, p.15).

Conforme Vieira (2004, p.40) menciona em seus ensinamentos que o ensino supletivo, lançado em 1971, foi um símbolo importante na história da Educação de Jovens e Adultos do Brasil. Afirma que:

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizado em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004, p. 40).

De acordo com Vieira (1994, p.21-22) Afirma que no ano de 1947, o Ministério da Educação proporcionou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que dispõe de duas táticas: os planos de ação extensiva que é a alfabetização da população e os planos de ação em profundidade que é a capacitação profissional e atuação junto á comunidade. E o objetivo dessa campanha não era só alfabetizar mais também aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha foi inserida tanto no meio urbano como no meio rural com objetivos variados.

De acordo com a teoria Mortatti, foi observado que o analfabetismo existia desde período colonial, e para ele era apontado como um problema durante o período imperial por implementação de leis que tirava o direito do voto dos cidadãos.

No período que compreende a Revolução de 1930 foram estabelecidas as mudanças políticas e econômicas que deram suporte ao início da luta pela criação de um sistema público de educação, ainda incipiente no país.

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O Sistema Paulo



Freire, desenvolvido na década de 1960, teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo país, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular. Com ele ocorreu uma mudança no paradigma teórico-pedagógico sobre a EJA. Surge uma nova concepção de alfabetização, aonde a língua escrita vem acompanhada por um processo de construção do conhecimento, que se dá por meio de diálogos de interação entre educador e educando.

Na década de 70 durante o regime militar surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL que tinha um projeto cuja finalidade era diminuir o analfabetismo no Brasil em apenas dez anos que infelizmente não aconteceu de acordo com o censo do IBGE. O programa passou por várias modificações em seus objetivos, expandindo sua área de ação para o campo como a educação comunitária e a educação de crianças. (Vieira, 1994).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL teve seu término no ano de 1985, mas as experiências educativas concentradas nas classes populares da sociedade restabeleceram gradativamente a filosofia de Paulo Freire (2005, p.30).

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos [...] agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Segundo Paiva (1983), A luta pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil começou com os jesuítas, no Brasil colônia, através da catequização das nações indígenas. A educação, assim limitou-se: á catequese e a acumulação dos índios, a abertura de classes de ler e escrever para crianças. A educação se dava por meio de sermões onde pegava a fé católica e as coisas ligadas a moral cristã.

A proposta educacional de Freire tem como concepções metodológicas o respeito ao educando, o diálogo e o desenvolvimento da criticidade. O pensamento de Freire compreende uma educação que não é neutra, pois a mesma quando vista sobre as

dimensões da ação e da reflexão de certa existência pressupõe a atuação do homem sobre essa realidade.

Segundo Feitosa (1999), os processos de aprendizagem da leitura e da escrita no pensamento de Freire, são construídos em conformidade com o ato político, pois enquanto aprende a escrever a palavra sociedade, por exemplo, “[...] o alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade [...]”. (FEITOSA, 1999, p. 44). Por sua vez, a dialogicidade é uma característica essencial da educação libertadora.

Através do diálogo, educador e educando se tornam sujeitos do processo educacional e os argumentos de autoridade de nada mais valem. Vale ressaltar que o diálogo nos relatos de Freire (1987), tem início antes mesmo da própria ação pedagógica, uma vez que, essa interação acontece na busca do conteúdo a ser trabalhado.

Na educação “bancária”, Paulo Freire fala que o educador apenas transmite aos educandos conteúdos e informações isolados da realidade a qual esses sujeitos se inserem. Além disso, a educação libertadora resulta na consciência do aluno sobre o mundo em que vive e refere-se à ideia de que é preciso existir uma troca contínua de conhecimento entre educador e educando.

Segundo Paiva (1987), a Educação de Jovens Adultos nasceu no Brasil concomitantemente com a educação regular. Os jesuítas buscavam atingir os pais, por meio dos seus filhos. Também Pela catequese dos indígenas adultos, a alfabetização e a transmissão do idioma dos colonizadores serviam como instrumento de cristianização e aculturação dos nativos.

## **2.2. Marcos Legais da Educação de Jovens e Adultos**

A Constituição Federativa Brasileira de 1988, no artigo 205, declara que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir dessa constituição de 1988, o ensino fundamental e médio passou a ser um direito obrigatório e gratuito a todos os cidadãos que não tiveram acesso á

escolaridade na idade adequada e, o dever de completar a vivência, que refere-se a necessidade da leitura e a escrita garantindo o respeito a dignidade. Veja o que Cury fala sobre os direitos legais para a educação de jovens e adultos:

Este direito está garantido tanto pelo respeito á dignidade de cada um quanto por documento legal: a Constituição brasileira. No primeiro caso, refere-se á necessidade que cada pessoa tem em reparar ou completar esta lacuna. É a vivência dos que sabem da importância da leitura e da escrita e sentem a falta destes instrumentos da cidadania que, muitas vezes, vêem efetivados nos outros. No que se refere á Constituição Federativa, nela está dito e escrito que o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito é um direito do cidadão, qualquer que seja ele, e dever do Estado, valendo esse direito também para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. ( Cury, 2004, p.1 ).

Após a Constituição de 1988 a escola é para todos, direito assegurado pela lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Por ser direito de todos á plena diversidade de sujeito da nossa sociedade; homens, mulheres, idosos, pessoas com deficiências físicas e privado de liberdade.

A Lei de Diretrizes e Bases definiu a educação de jovens e adultos como dever de atender as necessidades e interesses dos sujeitos que já tinham experiências de vida, que estão do mundo de trabalho e que já tem uma formação diferenciada dos adolescentes e crianças que estão no ensino regular. A educação de jovens e adultos é vista como uma educação contra a exclusão, e seu objetivo é inserir os jovens e adultos na sociedade.

A LDB 9394/96 modificou o termo “Ensino Supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos”. Mudou a expressão de ensino para educação. “Termo ensino significa instrução enquanto educação é mais abrangente aos processos de formação.”

A legislação atual que formaliza a EJA é amparada na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 9634, de 20 de dezembro de 1996. Constam no título V ( dos níveis e da modalidade de educação e ensino), capítulo II ( de educação básica), seção V, dois artigos relacionados á Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os

estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e

trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL. MEC, 2008).

O principal documento que regulamenta e normatiza os direitos à educação na EJA são as Diretrizes Curriculares Nacionais que compreendem os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da LDB nº. 9394/96 (Brasil, 1996).

Outro marco importante para Educação de Jovens e Adultos foi a 5ª CONFITEA que foi realizada em Hamburgo (Alemanha) em julho 1997 onde vários países assumiram perante o direito dos cidadãos de todo o planeta à aprendizagem ao longo da vida para além da escolarização ou da educação formal.

De acordo com a CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), a Educação de Jovens e Adultos deve ter como princípios:

Currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular, cujo conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre a teoria e a prática e o processo de ensino e aprendizagem como uma relação de ampliação de saberes;

A educação de jovens e adultos deve abordar conteúdos básicos, disponibilizando os bens socioculturais acumulados pela humanidade;

As modernas tecnologias de comunicação existentes devem ser colocadas à disposição da melhoria da atuação dos educadores.

O respeito aos conhecimentos construídos pelos jovens e adultos em sua vida cotidiana (UNESCO, 2008).

No dia 19/07/2000 foi homologado o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, que considera a mesma, como uma modalidade da educação básica, na sua etapa fundamental e média. Ele confere a essa modalidade, algumas funções, como:

A função Reparadora trata-se a entrada dos jovens e adultos na escola e que seja uma escola de qualidade como também de igualdade para todo ser humano. Quanto a função Equalizadora relaciona-se á oportunidade de igualdade aos jovens e adultos a reentrada no sistema educacional e também possibilita os indivíduos a nova inserção no mundo do trabalho e na vida social. Já a função Qualificadora ou Permanente é uma educação que permite um desenvolvimento potencial de caráter e tem como base o caráter incompleto do ser humano, podendo ser enquadrado no currículo escolar ou não-escola.

### **2.3. Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos**

Pensar em políticas públicas na educação de jovens e adultas é reconstruir memória de todas as intervenções desenvolvidas na educação como dos programas, projetos e campanhas realizadas.

São conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, e tem participação direta ou indireta de entes públicos ou privados que se refere assegurar direitos de cada cidadão para sociedade, ou segmento social, étnico, cultural ou econômico.

Existem dois tipos de políticas públicas no qual se divide em política pública de Estado que é a política que independente do governo deve ser realizada porque é amparada pela constituição enquanto a política de governo pode depender da mudança do poder. Cada governo tem seus projetos.

As políticas públicas estão na constituição federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos da resolução CNE 01/2000 e também nas Diretrizes

Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos que consta na resolução CNE 03/2010 e tem como princípios:

O reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos como direito:

- A alfabetização articulada com a continuidade da Educação de Jovens e Adultos com foco na cidadania.

- O respeito às diversidades: étnico-racial, cultura, de gênero, social, ambiental e regional.

- A perspectiva interdisciplinar e intersetorial da Educação de Jovens e Adultos.

Os Desafios são:

- Ampliar e qualificar a oferta da Educação de Jovens e Adultos no contexto da Educação Básica dispondo de múltiplas formas e espaço formais e não formais de ensino e aprendizagens.

- Garantir a continuidade de escolarização aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos.

As Propostas do Plano Nacional da Educação PNE- 2011 a 2020

Meta 3 : Universalizar, até 2020, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.

Meta 10: Oferecer no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnicas de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

As Estratégias das políticas são:

Implementação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos a partir de 04 eixos:

- Financiamento:
- Formação de professores e gestores
- Ações de apoio
- Fortalecimento das redes intersetorialidade.

Dentre as ações do Governo Federal, destaca-se a aproximação entre Educação de Jovens e Adultos e a formação profissional com o Programa Nacional de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), programas específicos para os jovens como o PROJOVEM Programa Nacional de Inclusão de Jovens – voltados para grupos sociais específicos, como o Pescando Letras, para pescadores; programas voltados aos privados de liberdade; PROEJA Terra, voltado para os agricultores, diferencial desses programas é a busca pela criação de currículos e percursos adequados às histórias de vidas e necessidades dos sujeitos. Nessas iniciativas, ressaltam-se a participação dos entes públicos, redes federal, estaduais e municipais, bem como um esforço para a superação da EJA como uma oferta precária e relegada o segundo plano no âmbito da política educacional. Outras políticas como o PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PBA Programa Brasil Alfabetizado, Mais Educação, PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola entre outros.

### **3. FATORES DE PERMANÊNCIA DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Pretendeu-se neste estudo entender os motivos que levam os alunos a participarem e freqüentarem as aulas e os aspectos teóricos que fundamentam, bem como os fatores que se inter-relacionam, como a idade, cultura, gênero, estrutura da escola, classe social, relacionamento interpessoal, educação familiar entre outros, que precisam ser pensados com maior atenção quando se pretende que alunos permaneçam na escola.

O presente estudo tem como referências metodológicas, a pesquisa bibliográfica a fim de qualitativa sobre a EJA, bem como um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvam a prática educativa de jovens e adultos.

O desenvolvimento da pesquisa embasou-se na leitura de autores que fundamentaram o estudo que perpassaram a temática em estudo, a fim de embasar teoricamente todo o trabalho. A pesquisa bibliográfica analisou ainda a implementação, a regularização e as reformas legais que ocorreram ao longo da história da EJA.

A educação de jovens e adultos deve basear-se no educar para os valores humanos, possibilitando ao aluno o confronto das diferentes representações do real, de modo a sensibilizá-lo quanto à questão da construção do conhecimento para permanência na escola (ARROYO, 2006).

Em relação às razões da permanência na visão dos alunos, a escola é uma instituição almejada e desejada é em razão disto que estes voltaram a estudar por decisão própria. A escola é um espaço onde se constrói amizades, onde se possibilita um “futuro melhor” e também realizam atividades prazerosas como ler e estudar. Nessa tangente, pesquisa realizada por Cruz (2011) apontou as estratégias utilizadas por educandos da EJA para permanecerem na escola. O autor destacou a importância da construção de relações de amizade entre os alunos e, por conseguinte, os momentos de socialização.

O estudo realizado por Oliveira (1996) demonstra que a escola não está dissociada da vida social, e que situações vivenciadas na família podem influenciar direta ou indiretamente as atitudes e decisões em relação à continuidade ou não dos estudos.



Ao buscar compreender o processo de permanência e identificar os possíveis fatores que a legitima na ótica dos jovens e adultos, revela-se que tanto a Escola quanto os alunos, se compreendem na dimensão e na complexidade das relações sociais externas e internas que interferem no seu processo sócio-educativo.

Importante registrar que, considerando a importância da categoria tempo na organização curricular da EJA, é necessário delimitar o campo pedagógico dessa modalidade de educação, considerando a concretude da realidade de seus sujeitos. Esses são trabalhadores que vivenciam tempos de vida, cultura e identidade específicos. Assim, é necessário criar espaços e situações reais de aprendizagem que atendam a essas especificidades (ARROYO, 2007).

A Instituição Escolar internaliza a permanência como de sua responsabilidade, embora perceba a contradição nos fatos existentes em seu interior, como por exemplo, a existência concomitante de evasão, permanência e êxito escolar. Assim, fundamentados em Arroyo (2007, p. 13), entendemos que:

[...] é muito mais complicado um bom projeto de educação de garantia do conhecimento para quem não tem o domínio dos seus tempos do que para quem tem domínio dos seus tempos. Penso no meu neto que acorda às sete horas e vai para a escola e na parte da tarde faz os deveres. Mas ele não tem nada o que fazer. E como fica o adolescente que luta pela sobrevivência?

Observa-se que muitas vezes as ações visando à permanência do aluno na escola passam a ser de competência de cada professor, que determina o que fazer e como agir em cada situação, um exemplo, quando afirma que procuram, no seu dia-a-dia, diversificar suas aulas fazendo com que o aluno se sinta motivado e interessado, e desta forma, permaneça na escola.

Diante das reflexões apresentadas podemos inferir que entre os motivos que levam à elevada desistência estão à inadequação do currículo, dos programas de estudo e dos métodos de ensino, o que demonstra que a escola não está preparada para receber os estudantes, principalmente, com as características dos que procuram a EJA.

De acordo com Arroyo (2006), o acesso e a frequência a uma instituição educativa significam, além do aprendizado dos conteúdos formais, a aquisição de sociabilidade e o exercício da cidadania. As condições para a construção de uma sociedade democrática, com justiça social, dependem da universalização do ensino básico com qualidade, mantendo-se todos, principalmente crianças e adolescentes, nos bancos escolares.

De acordo com Fonseca (2002, p. 75) a permanência estaria ligada “à constituição de sentidos nas atividades que na escola se desenvolvem, nas idéias que ali circulam, nas relações que ali se estabelecem”. Partindo dessa perspectiva, Parenti (2000 apud OLIVEIRA, 2011) explorou os significados da experiência escolar para estudantes jovens e adultos, operários da construção civil, que faziam o Curso Intensivo de Preparação de Mão de Obra Especializada (CIPMOI), de natureza profissionalizante, ofertado pela Escola de Engenharia da UFMG e ministrado por estudantes bolsistas sob a orientação dos professores dessa Universidade.

Conforme os estudos de Parenti (2000 apud OLIVEIRA, 2011), os significados para a escolarização se dividem em três dimensões, a saber: o conhecimento teórico, o pessoal e o social. Assim, de acordo com Parenti (2000 apud OLIVEIRA, 2011, p. 22), os significados do conhecimento teórico se relacionam com “a forma de organização do conhecimento e o significado para a sua vivência de trabalhador, operário da construção”.

Chamorro (2002 apud OLIVEIRA, 2011), baseando-se em pesquisa empírica, apontou que a permanência do aluno jovem e adulto na escola fundamenta-se na relação dialógica entre professores e alunos, no seu reconhecimento recíproco, na rigorosidade da construção de seu processo de aprendizagem e nas relações de amizade entre os colegas, em situações geradas e/ou geradoras de alegria.

Assim, as relações que o educando estabelece com os colegas e os professores na instituição escolar ampliam novos conhecimentos e contribuem para a socialização. À medida que vão se familiarizando com o espaço e as demais pessoas tornam-se confiantes para se expressar mais abertamente no decorrer das interações estabelecidas na escola.

Da Cruz (2011) acredita que os sujeitos que conseguem permanecer na escola, dentre outros motivos, fazem-no em razão da relação diferenciada que possuem com o saber e com a escola. Para isso, apóia em autores como Charlot (2000), que afirma que “não há relação com o saber se não há desejo”, e Freire (1992), que trata da educação dialógica.

Sobre as estratégias de permanência, esse investigador, pautado nos estudos de Bourdieu (2004) e Oliveira (1999), pressupõe que:

Construir trajetórias ininterruptas na Educação de Jovens e Adultos requer dos/as referidos/as estudantes a apropriação de diversificadas estratégias, tanto no que diz respeito à busca pela superação das dificuldades intraescolares [...] como extraescolar, tendo em vista as adversidades impostas pela vida cotidiana (DA CRUZ, 2001, p. 54).

### **3.1. As expectativas dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos**

As expectativas desses alunos ao procurarem a EJA são de progredir nos níveis de conhecimento que eles já têm e também se sentirem preparados para alcançar lugares no mercado de trabalho. Portanto, compreendo que educação seja muito mais do que adquirir o conhecimento das disciplinas constantes no currículo, como; ler, escrever e realizar cálculos matemáticos para conseguir empregos, mas é, principalmente, desenvolver as competências de compreender, analisar, refletir, transformar o conhecimento e saber fazer o uso social desses saberes. Para isso, o conhecimento deve ser concebido como um movimento dialético, como explica Ferreira (1990): O conhecimento é o movimento da cínclise (sensorial-concreto), passando pela análise (abstração), chegando à síntese (o concreto-pensado, um novo concreto mais elaborado). A atividade analítico-sintética é indispensável ao avanço do conhecimento. A análise é a separação dos elementos particulares de um todo. A síntese é a reunificação dos elementos analisados. (FERREIRA, 1990, p. 51).

A expectativa é estabelecer um diálogo acerca do sujeito da EJA e suas relações com o saber escolar diante de suas necessidades.

Relatos de alguns alunos da EJA em relação as suas expectativas para o futuro:

Para Marcos aluno do 4º ano, sua expectativa em relação ao futuro é fazer uma faculdade de Engenharia, inserir no mercado de trabalho e dá uma qualidade de vida melhor para seus filhos.

Maria, aluna do 3º ano queria apenas saber ler, pois passava por vários constrangimentos por falta de estudo. Ela me contou que foi despida do trabalho porque a patroa dela deixou um bilhete na geladeira de uma receita de bolo, como ela não sabia ler não fez o bolo e aí a patroa quando chegou que não viu o bolo a questionou, aí Maria disse que era analfabeta. A patroa simplesmente disse que ela estava despedida porque analfabeta não serviria para trabalhar em sua residência. Foi então que ela voltou a estudar.

Jacinta é uma senhora de 65 anos também do 3º ano e ela relatou que queria muito ler a Bíblia como não sabia ler apenas escuta a palavra de Deus quando ia à igreja ou quando os netos tinham a boa vontade de ler pra ela.

João, aluno do 4º ano disse que gostaria de concluir para ter uma auto-estima mais elevada e ter uma nova visão de mundo e exercer sua cidadania com dignidade.

Patrícia apenas de 19 anos do 3º ano, relatou que pretende terminar os estudos para realizar o sonho de sua mãe que tanto lutou para ela voltar ao ambiente escolar. Com a morte da sua mãe ela decidiu voltar a estudar.

Fernanda de 35 anos do 4º ano voltou à escola para incentivar os seus filhos a estudar e ter um futuro melhor.

Ana Maria de 24 anos, falou que quer fazer um concurso por isso que voltou a sala de aula.

A expectativa de Eduardo de 18 anos do 4º ano é ter uma graduação em Pedagogia e ser um grande professor da Modalidade da EJA e ter como referência seus professores.

### **3.2. Razões para a evasão e o fracasso escolar na EJA.**

A evasão escolar é um problema antigo no nosso país. Todos os anos milhares de crianças e adolescentes passam por essa experiência triste. O problema é que a evasão

é vista como comum entre os profissionais da educação, que no início do ano letivo, os gestores não se preocupam em lotar as salas de aulas já que sabem que muitos dos alunos desaparecerão da escola. Já o reflexo desse desprezo é sentido nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes.

A evasão escolar no ensino escolar é um desafio para os profissionais da educação e uma chaga no nosso sistema de ensino. Números da evasão no Brasil mostram que a todo ano milhares de crianças e adolescentes deixam as salas de aulas pelos mais diversos motivos. Então, evasão escolar é concretizada quando o aluno deixa de freqüentar as aulas no decorrer do ano letivo.

A maioria dos alunos retornou às salas de aulas com idade/série que inevitavelmente, os trará conflitos variados e mais uma vez evasão. É neste contexto que está inserida a Educação de Jovens e Adultos, para atender a esses educandos tão diversos e de interesses distintos. As causas da evasão na EJA são diversas, como por exemplo, problemas socioeconômicos, falta de qualificação dos profissionais e metodologias inadequadas.

Fonseca (2002) afirma que os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando o jovem e adulto deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias. Cabe ressaltar que houve desistência e não está relacionada com o mesmo conceito de “evasão”.

A evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a “evasão” escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola.

Com isso, citamos a afirmação de Arroyo (2006) acerca da nova oportunidade de inserção no sistema de educação que deve ser dada aos jovens e adultos, que por inúmeros motivos, não tiveram acesso ao mesmo no período regular. Arroyo (2006, p. 23) assinala a seguir:

[...] os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino

fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo em propiciemos uma segunda oportunidade.

O índice de evasão na EJA é muito grande, os educandos se sentem desmotivados e cansados; a maioria trabalha o dia todo, pegam ônibus lotado, muito stress. É importante que os professores da EJA sejam dinâmicos, aproximem o conteúdo à realidade do aluno, procurem sempre inovar e não criem barreiras para afastar esses alunos. O professor da EJA tem que estar motivado para conseguir motivar os alunos, todavia que os alunos são reflexos dos professores.

Quando pensa em evasão na EJA é de grande importância conhecer o perfil destes sujeitos, para tentar entender por que se dá esta evasão.

As razões para a evasão na EJA são muitas, podemos destacar o cansaço após um dia de serviço, a distância entre casa/escola que aumenta as possibilidades de assaltos, entre outros fatores que se dá por conta da violência urbana. Outro fator é o apoio da família que nem sempre existe, o apoio do governo, da escola, direção, professores muitas vezes não estimulam os alunos; e também o desinteresse interfere sobre esta questão.

Existem fatores que contribuem direta ou indiretamente na evasão escolar, isso é uma preocupação de muitos, tais como escola, gestão escolar enfim...

O fracasso escolar também é uma das causas de evasão, na Proposta Curricular para o 1º segmento do ensino fundamental (1997) consta que:

No público que efetivamente freqüenta os programas de educação de jovens e adultos, é cada vez mais reduzido o número daqueles que não tiveram nenhuma passagem anterior pela escola. É também cada vez mais dominante a presença de adolescentes e jovens recém saídos do ensino regular, por onde tiveram passagens acidentadas.

Diversas razões de ordem social e principalmente econômica, que transpõem a sala de aula e vão além dos muros da escola, concorrem para que alunos da EJA tenham de interromper novamente suas trajetórias escolares. Campos (2003), citando Fonseca (2002), afirma que os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando o jovem e o adulto deixam a escola para trabalhar, quando as condições de acesso e

segurança são precárias, os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir, “evadem” por motivo de vaga, de falta de professor, de falta de material didático e também “abandonam” a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles. Noutra pesquisa, ao real.

A evasão escolar não é um problema apenas daquela escola, pois de modo geral existe o problema das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA que permeia o processo de escolarização, tornando-os reféns da ignorância, mantendo-os como analfabetos.

Para Paulo Freire (1987, p.34): Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres.

Campos (2003) estabelecem a evasão escolar na EJA como um abandono por tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e, principalmente, econômica concorrem para a evasão escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola

São vários os fatores que levam os alunos a não freqüentarem as salas de aula, dentre eles podemos mencionar: o aluno que trabalha o dia todo e chega à escola exausto, o desgaste físico e mental, a falta de motivação, as precárias condições sócioeconômicas, baixo autoestima, a dificuldade na aprendizagem, o despreparo do professor, as aulas desinteressantes. A educação escolar é a referencia que a sociedade busca para esses alunos, é a melhor ou ate mesmo a única saída para o analfabetismo.

### **3.3. Métodos pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos**

Paulo Freire na década de 60 propôs um método de alfabetização construído junto com os alunos, depois de contextualizar a sua história de vida. Ele educa enquanto se constrói e é um processo de prática da educação popular. Nesse processo surgem os

temas geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino são os resultados de uma metodologia dialógica.

Paulo Freire não considerava seu pensamento educacional como uma metodologia de ensino. Em relação ao método, Freire entendia tratar-se de uma teoria do conhecimento do que de uma metodologia de ensino. Conforme Feitosa (1999), que as identificações dessas idéias em expressões de Método ou Sistema, resultam pelo fato da mesma envolver uma seqüência de três momentos ligados entre si.

O primeiro momento refere-se à investigação temática, ou seja, é o momento em que se pesquisam as palavras e temas geradores ligados a vida cotidiana dos alfabetizando.

Já o segundo momento, diz respeito à tematização, isto é, os temas e palavras geradoras são selecionados conforme seu significado social para o grupo.

O terceiro momento está relacionado à problematização, na qual, a visão simples é superada por uma visão crítica possível de transformar a realidade em que se vive.

Ao estabelecer as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e adultos a Educação enfatiza a importância da existência do comprometimento entre todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Ao planejar as aulas, o professor da EJA, precisa saber realizar a conexão entre os aspectos teórico-filosóficos e a vivência cotidiana dos alunos que, apesar de não terem domínio dos conhecimentos sistematizados pela escola, possuem conhecimentos práticos adquiridos no seu dia-a-dia por meio dos quais garantem sua sobrevivência em mundo letrado. Esse conhecimento dos estudantes é relevante no processo de ensino-aprendizagem, e o professor deve valer-se desse conhecimento para enriquecer seu trabalho.

Entende-se que, na reconfiguração do trabalho didático na EJA, deve-se concretizar uma educação reflexiva, que considere os conhecimentos e estratégias de pensamento que os estudantes desenvolvem na prática social, o que lhes permitirá uma participação ativa e consciente na sala de aula e na sociedade. Diante do exposto, percebe-se a importância do professor frente ao processo de ensino-aprendizagem, pois é ele que tem a função de desenvolver uma prática pedagógica que possibilite, ao educando, ampliar



sua visão de mundo sendo capaz de refletir sobre as ações alheias e sobre suas próprias ações.

### **3.4. Materiais e recursos pedagógicos que contribuem para permanência dos educandos na EJA**

A metodologia e os materiais didáticos utilizados pelo professor precisam estar em consonância com a faixa etária e o contexto social e cultural no qual o educando encontra-se inserido. Esses fatores poderão contribuir para uma maior eficácia no processo de ensino-aprendizagem tendo como reflexo a melhoria na qualidade da educação, principalmente para essa demanda específica.

Em relação à EJA, a metodologia poderá ser um dos agentes causadores do alto índice de evasão escolar nesta modalidade de ensino, uma vez que os professores insistem em utilizar metodologias infantilizadas, sem considerar a rotina de quem estuda e trabalha. No entanto, problemas como esses podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades desse público e usa do cotidiano do aluno como eixo condutor das aprendizagens, essa atitude torna-se imprescindível, para o profissional docente que optar por trabalhar com alunos da EJA, uma vez que se acredita na importância da educação, do ensino sistematizado para a promoção do jovem e do adulto não alfabetizado na atual conjuntura política, econômica e social, promovendo-o como real cidadão.

Freire (1997) ressalta que, a contextualização dos conteúdos é fundamental porque favorece ao aluno desenvolver uma interligação entre a sua problemática e a realidade da população, cabendo à educação desempenhar seu papel “emancipatório e libertador”. Assim sendo, a educação cumprirá uma função social ao buscar desenvolver um processo de conscientização política e social, a partir da leitura de mundo feita pelo próprio educando, com a mediação do educador. Essa conscientização é essencial para a valorização do ser humano e para a transformação da sociedade. Na concepção Freireana, a alfabetização tem como pressuposto o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, que são concebidos como seres criadores e pensantes capazes de

produzir conhecimentos na sua prática social, independente da realidade em que estejam inseridos.

Na Educação de Jovens e Adultos, o uso de metodologias apropriadas também deve ser pensado e repensado em algumas classes o professor utiliza a metodologia adotada e proposta pela instituição, outras o professor adota a que julga adequada ou até mesmo opta pelo que se chama de método eclético que é o uso de várias metodologias.

No processo de ensino aprendizagem o professor não utiliza um único meio, uma única forma para alfabetizar, eles optam por diferentes metodologias que variava de acordo com as particularidades da instituição ou da preferência do alfabetizador, as metodologias utilizadas variam entre as mecanicistas conhecidas como métodos tradicionais e as construtivistas, interacionistas.

Uma grande referência da educação de jovens e adultos é a metodologia utilizada por Paulo Freire, o objetivo dele era uma educação democrática e libertadora, tal metodologia é considerada por alguns educadores como uma teoria do conhecimento, mais do que uma metodologia de ensino, ele parte do conhecimento do aluno, propõe temas geradores extraídos do cotidiano dos alunos, a partir daí os alunos participam de debates, observam temas cenas e slides de sua realidade, após isso inicia-se o estudo das famílias silábicas das palavras propostas. Brandão (1981, p. 21-22) a respeito do método de Freire cita que:

Um dos pressupostos do método é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor dá pra pensar sem susto, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-educação é um diálogo a distância)[...].

Ness sentido, a educação não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada grupo ou pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação.

Nesse sentido, se faz importante a pesquisa sobre a permanência dos sujeitos da educação de jovens e adultos na escola. Muitos deles têm história de fracasso, de não aprendizados, de frustrações, por isso não é possível repetir modelos e manter abordagens infantilizadas. Ler e escrever são práticas indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, o que requer que jovens e adultos aprendam ao longo da vida num diálogo constante com seus saberes que não podem ser ignorados.

Foi possível perceber que, embora alguns alunos, ainda sintam vergonha de não ter voltado a estudar antes, agora demonstram orgulho da condição de estudantes e confiança na sua capacidade de aprender e superar as dificuldades, não pensando em evadir-se da escola. Para tanto, os alunos apontam a importância da relação professoraluno, que deve agir como um mediador no processo de aquisição do conhecimento formal.

As relações afetivas não podem ser ignoradas e precisam ser levadas em conta no planejamento das atividades escolares, pois as decisões assumidas pelo professor podem ser o diferencial entre o sucesso ou o fracasso na experiência da aprendizagem. Os alunos esperam que a relação professor-aluno continue sendo amigável, mas que haja mais afetividade, aqui traduzida como o uso de uma linguagem adequada por parte do professor, o respeito pela individualidade de cada aluno, a tolerância pela condição de aprendizes, a prática do diálogo e a oferta de conteúdos significativos a suas vidas. O aluno de EJA quer ser visto como um indivíduo com possibilidades de mudanças e potencial para aprendizagem e não apenas como uma pessoa que retorna aos bancos escolares em busca do “tempo perdido”.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane (orgs.). Educação de jovens e adultos. RJ: DP&A, 2004.
- ARROYO, Miguel G. **Da escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.
- BEISEGEL, Celso de Rui. **Considerações sobre a política da União na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 4, p. 26-34, 1996.
- BRANDÃO, Zaia et alii. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.
- BRASIL/MEC/SECAD. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos**. Brasília, 2006.
- BRASIL/MEC/SEED. **Plano Nacional de Educação**, Brasília, 2001.
- BRASIL/MEC/CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CEB 11/2000. Brasília, 2001.
- CARDOSO, J. F., M. J. de R. **Inclusão e exclusão**: O retorno e a permanência dos alunos na EJA. Debates em Educação Científica e Tecnológica, ISSN 2179- 6955, v. 02, nº. 2, p. 61 a 76, 2012.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva; artigo a artigo. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Parecer CEB 11/2000**. In: SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro, 2002.
- CRUZ, Neilton Castro da. **Casos pouco prováveis**: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no ensino fundamental. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011.
- FONSECA, M. da C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos-Especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

HADDAD, Sérgio. **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos**. In: Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos. INEP. Brasília. 1994.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. n. 14, p. 108-130. 2000.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Miguel G. **Educação de jovens-adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L., GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L. (org). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_, Miguel G. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2007.

MACHADO, M. M. **A Trajetória da EJA na Década de 90** - Políticas Públicas sendo Substituídas por Solidariedade. In: 21ª. Reunião Anual da ANPED, 1998, Caxambu. 21. Reunião Anual da ANPED. São Paulo: ANPED, 1998.

MARTINEZ, Maria Elena. **De volta à escola**: escolarização e formas de sociabilidade dos jovens das camadas populares. Rio de Janeiro: RJ: tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de Educação, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFITEA**, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: Unesp, 2004.

MOTTA, S. F.. **Educação de jovens e adultos**: evasão, regresso e perspectivas futuras. Ribeirão Preto, SP: CUMIL, 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, 2007.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Princípios pedagógicos na educação de jovens e adultos**. Revista da Alfabetização Solidária, v.4, n.4, São Paulo: Unimarco, 2004.

OLIVEIRA, P. C. S. de. **Alfabetizando/as na EJA**: As razões da permanência nos estudos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, J. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n.33, p. 519-539, 2006.

RIBEIRO, Vera Maria Massagão (org.). **Educação de Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular para o 1º segmento**. São Paulo: Ação educativa. Brasília: MEC, 2001. 239p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SOARES, L.J.G. **Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos**: articular, socializar e intervir. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 9, n. 54, p. 15-21, 2003.

TAPIA, J. A., FITA, E. C. **A motivação em sala de aula**: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

UNESCO/MEC. **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004, organizado por Jane Paiva, Maria Margarida Machado e Timothy Ireland. Brasília, 2004. 210p.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. Vol. I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.